

33 AS

EMENDA Nº 518
(à PEC nº 6, de 2019)

Dê-se ao art. 26 da Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 2019, a seguinte redação:

“Art. 26. Para o cálculo dos benefícios do regime próprio de previdência social da União e do Regime Geral de Previdência Social, será utilizada a média aritmética simples dos maiores salários de contribuição e das remunerações adotados como base para contribuições a regime próprio de previdência social e ao Regime Geral de Previdência Social, ou como base para contribuições decorrentes das atividades militares de que tratam os arts. 42 e 142 da Constituição Federal, atualizados monetariamente, correspondentes a oitenta por cento do período contributivo desde a competência julho de 1994 ou desde o início da contribuição, se posterior àquela competência.

§ 1º A média a que se refere o *caput* será limitada ao valor máximo do salário de contribuição do Regime Geral de Previdência Social para os segurados deste regime e para o servidor que ingressou no serviço público em cargo efetivo após a implantação do regime de previdência complementar ou que tenha exercido a opção correspondente, nos termos do disposto nos §§ 14 a 16 do art. 40 da Constituição Federal.

§ 2º O valor do benefício de aposentadoria corresponderá a setenta por cento da média aritmética definida na forma prevista no *caput* e no § 1º, com acréscimo de dois por cento para cada ano de contribuição que exceder o tempo de vinte anos de contribuição no caso:

I - do inciso II do § 6º do art. 4º, do § 4º do art. 15, do § 3º do art. 16 e do § 3º do art. 18;

II - do § 4º do art. 10, ressalvado o disposto no inciso II do § 3º e no § 4º.

III – nos casos do *caput* do art. 19.

§ 3º O valor do benefício de aposentadoria corresponderá a cem por cento da média aritmética definida na forma prevista no *caput* e no § 1º:

I - no caso do inciso II do § 2º do art. 20;

II - no caso de aposentadoria por incapacidade permanente;

III – nos casos do § 1º do art. 19 e do § 3º do art. 21.



SF/19044.45818-43

Página: 1/3 11/09/2019 15:46:48

2f510bda7ccfa953cf0b7618dec55369f23dcc36



§ 4º O valor do benefício da aposentadoria de que trata o inciso III do § 1º do art. 10 corresponderá ao resultado do tempo de contribuição dividido por vinte anos, limitado a um inteiro, multiplicado pelo valor apurado na forma do *caput* do § 2º, ressalvado o caso de cumprimento de critérios de acesso para aposentadoria voluntária que resulte em situação mais favorável.

§ 5º O acréscimo a que se refere o *caput* do § 2º será aplicado para cada ano que exceder quinze anos de tempo de contribuição para os segurados de que tratam a alínea “a” do inciso I do art. 19 e do inciso I do art. 21 e para as mulheres filiadas ao Regime Geral de Previdência Social.

§ 6º Poderão ser excluídas da média as contribuições que resultem em redução do valor do benefício, desde que mantido o tempo mínimo de contribuição exigido, vedada a utilização do tempo excluído para qualquer finalidade, inclusive para o acréscimo a que se referem os §§ 2º e 5º, para a averbação em outro regime previdenciário ou para a obtenção dos proventos de inatividade de que tratam os arts. 42 e 142 da Constituição Federal.

§ 7º Os benefícios calculados nos termos do disposto neste artigo serão reajustados nos termos estabelecidos para o Regime Geral de Previdência Social.”

JUSTIFICAÇÃO

O art. 26 da Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 2019, constitucionaliza como regra de cálculo do benefício a média de 100% do período contributivo, impedido que permaneça a regra vigente desde 1999, que considera 80% do período, correspondente às maiores contribuições.

Essa mudança, que tem efeito imediato e geral, implicará um achatamento no valor dos benefícios, agravando as perdas da reforma e afetando tanto servidores quanto segurados do RGPS.

Essa perda é muito agravada com a previsão do § 2º que determina que o cálculo observará a proporção do tempo de contribuição: 60% da média serão assegurados aos 20 anos de contribuição – silenciado o texto da PEC 6/2019 no caso de a aposentadoria se dar com menor tempo – e 2% a cada ano adicional, de forma que para ter direito a 100% da média será necessário ter 40 anos de contribuição, mesmo no caso do professor, ou de aposentadorias especiais. Para que não prospere tal perversidade com o segurado do RGPS e com o servidor, é necessária a atenuação dessas regras, de forma a assegurar, em caráter permanente, o cálculo com base nas maiores contribuições correspondentes a 80% do tempo de contribuição, e o patamar de 70% da média aos 15 ou 20 anos de contribuição, para mulher ou homem,



SF/19044.45818-43

Página: 2/3 11/09/2019 15:46:48

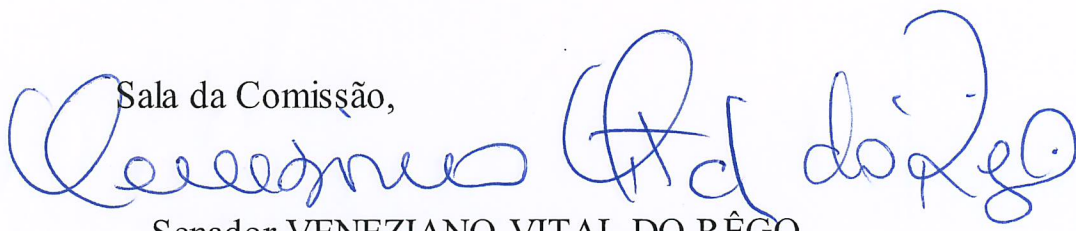
2f510bda7ccfa953cf0b7618dec55369f23dcc36



respectivamente, de modo que, aos 35 anos de contribuição, seja atingido o percentual de 100% da média.

Para os que se aposentem por incapacidade, deve ser assegurado, como previsto no RGPS, o valor de 100% da média das remunerações, sem discriminação quanto à causa da invalidez, dado que o efeito, para o segurado, é o mesmo, ou seja, a perda da capacidade de prover o próprio sustento e de sua família.

Ademais, é necessário assegurar aos servidores e segurados que se aposentem pelas regras de aposentadoria especial, o cálculo do provento com base em 100% da média, vez que se trata de segurados aos quais não se pode exigir que continuem no exercício da atividade exposta ao agente nocivo que justifica o direito à aposentadoria aos 15, 20 ou 25 anos de atividade.

Sala da Comissão,

Senador VENEZIANO VITAL DO RÊGO



SF/19044.45818-43

Página: 3/3 11/09/2019 15:46:48

2f510bda7ccfa953cf0b7618dec55369f23dcc36





Senado Federal

EMENTA:

(EMENDA)

Dê-se ao art. 26 da Proposta de Emenda à Constituição nº6, de 2019, a seguinte redação:

“Altera o art. 26 da PEC 6/2019, para assegurar, em caráter permanente, o cálculo com base nas maiores contribuições correspondentes a 80% do tempo de contribuição”

Senador	ASSINATURA	GAB
1. Senador VENEZIANO VITAL DO RÊGO		
2. Paulo Paim		
3. Eduardo Fries		
4. Kátia Turv		
5. Zenaide Gonçalves		
6. Fátima Cont.		
7. Siqueira		
8. Otto Alencar		
9. Rogério		



Senado Federal

EMENTA:

(EMENDA)

Dê-se ao art. 26 da Proposta de Emenda à Constituição nº6, de 2019, a seguinte redação:

“Altera o art. 26 da PEC 6/2019, para assegurar, em caráter permanente, o cálculo com base nas maiores contribuições correspondentes a 80% do tempo de contribuição”

10.	Lucas Barreto		
11.	Valéria Sano		
12.	Cláudio Lima		
13.	Randolfo		
14.	Flávio Azevêdo		
15.	Plínio		
16.	José Manoel		
17.	Ermano Gê		
18.	Alessandro		
19.	Lequinhá Maranhão		



Senado Federal

EMENTA:

(EMENDA)

Dê-se ao art. 26 da Proposta de Emenda à Constituição nº6, de 2019, a seguinte redação:

“Altera o art. 26 da PEC 6/2019, para assegurar, em caráter permanente, o cálculo com base nas maiores contribuições correspondentes a 80% do tempo de contribuição”

20.	ITALCI		
21.	MAILJA		
22.	PAULO ROCHA		
23.	ROMANTO		
24.	ANGEL CORNEL		
25.	WEVEARON		
26.	Juques Wagner		
27.	Jean Paul PROTES		
28.	ALVARO DIAS		
29.	MARCELO CASTRO		



Senado Federal

EMENTA:

(EMENDA)

Dê-se ao art. 26 da Proposta de Emenda à Constituição nº6, de 2019, a seguinte redação:

“Altera o art. 26 da PEC 6/2019, para assegurar, em caráter permanente, o cálculo com base nas maiores contribuições correspondentes a 80% do tempo de contribuição”

30.	JATINE CAMPOS		
31.	RODRIGO DACHECO		
32.	Humberto COSTA	Humberto Costa	
33.	REGUFFE	210	
34.	Valéria	U. Degehet	
35.			
36.			
37.			
38.			
39.			